

ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Lei Ordinária n. 434/2021

Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 434/2021 em sessão ordinária de 26 de março de 2021, de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei n. 434 e, em ato contínuo, promulga a Lei Ordinária n. 434 de 29 de Março de 2021.

Registra-se, publique e cumpra-se.

Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitai na data de 26 de março de 2021 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitai/MG, 26 de março de 2021.



Eldimá Caldeira Benfica.

Prefeito Municipal

Eldimá Caldeira Benfica
Prefeito Municipal
de Jequitai - MG

Publicado no
Quadro de Avisos
de 26/03/21 a 15/04/21
Assd.
Prefeitura Municipal de Jequitai

Lei Ordinária nº 434/2021

Publicado
Quinta-feira, 15 de Abril de 2021
Edmundo Benício
Prefeitura Municipal de Jequitai

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Capítulo I **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º- Nos termos da Lei federal 14.113 de 25 de dezembro de 2020 fica reestruturado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, do Município de Jequitai– MG.

Capítulo II **Da Composição**

Art. 2º- O Conselho Municipal será constituído por 11 (onze) membros, sendo:

- I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um da Secretaria Municipal de Educação;
- II – 01 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;
- III – 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas municipais;
- IV – 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas municipais;

Edmundo Benício
Edmundo Benício
Prefeito Municipal
de Jequitai - MG

V – 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal;

VI – 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 01 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII – 01 (um) Representante do Conselho Municipal de Educação – CME;

VIII – 01 (um) Representante do Conselho Tutelar a que se refere à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

§1º- Para cada membro titular deverá ser indicado e nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato atribuído ao Conselheiro.

I – Os representantes do Poder Executivo devem ser indicados pelo gestor municipal;

II – Os representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes devem ser indicados, em seus pares, pelos respectivos segmentos;

III- Os representantes dos professores e dos servidores técnico-administrativos, a indicação deverá ser feita pelas entidades de classe respectivas, através de secretaria municipal de educação;

§2º- Realizadas as indicações, o Prefeito, através de ato próprio, fará as designações para o exercício das funções de conselheiro.

I – O ato legal de nomeação dos membros do Conselho deverá conter o nome completo dos Conselheiros, a situação de titularidade ou suplência, a indicação do segmento por eles representado e o respectivo período de vigência do mandato.

§3º A indicação e a designação dos conselheiros e suplentes deverão ocorrer:

I – Até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, conforme disposto no artigo 2º;

II – Imediatamente, nas hipóteses de afastamento do conselheiro, titular ou suplente, em caráter definitivo, antes do término do mandato.

III – Imediatamente, nos afastamentos temporários.

Art. 3º A atuação dos membros do CACS - FUNDEB

Publicado no
Quil
de 26/03/21 a 15/04/2021
Prefeitura Municipal de Jequitai

Eldina Caldeira Benício
Prefeita Municipal
de Jequitai - MG



Publicado em

Quinta-feira, 26 de maio de 2011

se 26.05 de 15.04/2011

[Assinatura]
Diretor Municipal de Jequitai

I – Não é remunerada;

II – É considerada atividade de relevante interesse social;

III – Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV – Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) Exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) Atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do Conselho;

c) Afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V – Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Parágrafo Único. Os Conselheiros, quando em representação fora do Município ou a serviço dos órgãos colegiados, terão direito a diárias nos mesmos termos dos Servidores Públicos Municipais, bem como o ressarcimento das respectivas passagens, mediante comprovação legal, quando o deslocamento não for efetuado com veículo oficial.

Art. 4º São impedidos de integrar o Conselho:

I – Titulares dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau;

II – Titulares do mandato de Vereador;

III – Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

IV – Estudantes menores de 18 anos, que não sejam emancipados;

[Assinatura]
Eldimá Caldeira Benício
Prefeito Municipal
de Jequitai

IV – Pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

- a) Exercam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal; ou
- b) Prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal em que atua o respectivo Conselho.

Parágrafo Único: Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho somente com direito a voz.

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

§ 1º O primeiro mandato dos conselheiros, regido por esta lei, extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2022, nos termos do que dispõe o art. 42, § 2º da Lei Federal nº 14.113/2020.

§ 2º Os atuais integrantes do Conselho do Fundeb a que se refere a Lei Municipal nº 072/2009, nomeados pelo Decreto 216/2020, poderão ser novamente designados para o Conselho criado por esta Lei, não configurando recondução, observado o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 6º- Os Conselheiros deverão integrar o segmento social ou a categoria que representam e, em caso de deixarem de ocupar essa condição depois de efetivados, deverão ser substituídos, nos termos da legislação vigente.

1º- O membro suplente, representante da mesma categoria ou segmento social substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

2º- O mandato do conselheiro, nomeado para substituir membro que tenha se afastado antes do final do mandato, terá início na data da publicação do ato de sua designação e se estenderá até a data do término do mandato daquele que foi substituído.

3º Na hipótese do suplente assumir a titularidade do Conselho, deve o segmento social ou categoria representada indicar novo membro para a suplência.

Publicado no
Quadro de Avisos
de 20/03/21 a 15/04/2021
Assinatura: *[assinatura]*
Prefeitura Municipal de Jequitai

[assinatura]
Edimá Caldeira Benfica
Prefeita Municipal
de Jequitai - MG



ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Lei Ordinária n. 434/2021

Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 434/2021 em sessão ordinária de 26 de março de 2021, de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei n. 434 e, em ato contínuo, promulga a Lei Ordinária n. 434 de 29 de Março de 2021.

Registra-se, publique e cumpra-se.

Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitai na data de 26 de março de 2021 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitai/MG, 26 de março de 2021.


Eldimá Caldeira Benfica.

Prefeito Municipal

Eldimá Caldeira Benfica
Prefeito Municipal
de Jequitai - MG

Publicado no
Quadro de Avisos
de 26/03/21 a 15/04/21
Bred.
Prefeitura Municipal de Jequitai



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Cel. Francisco Moura Dumont, 144 – Centro – 39.370-000,
Fone/Fax: (38) 3744-1795 e-mail: semedjequitai@hotmail.com
ESTADO DE MINAS GERAIS



Lei Ordinária nº 434/2021

Publicado
Qui. 03 de 15 04 2021
se 26
Prefeitura Municipal de Jequitai

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º- Nos termos da Lei federal 14.113 de 25 de dezembro de 2020 fica reestruturado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, do Município de Jequitai– MG.

Capítulo II Da Composição

Art. 2º- O Conselho Municipal será constituído por 11 (onze) membros, sendo:

- I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um da Secretaria Municipal de Educação;
- II – 01 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;
- III – 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas municipais;
- IV – 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas municipais;


Edina Caldeira Benfica
Prefeito Municipal
de Jequitai - MG

V – 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal;

VI – 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 01 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII – 01 (um) Representante do Conselho Municipal de Educação – CME;

VIII – 01 (um) Representante do Conselho Tutelar a que se refere à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

§1º- Para cada membro titular deverá ser indicado e nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato atribuído ao Conselheiro.

I – Os representantes do Poder Executivo devem ser indicados pelo gestor municipal;

II – Os representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes devem ser indicados, em seus pares, pelos respectivos segmentos;

III- Os representantes dos professores e dos servidores técnico-administrativos, a indicação deverá ser feita pelas entidades de classe respectivas, através de secretaria municipal de educação;

§2º- Realizadas as indicações, o Prefeito, através de ato próprio, fará as designações para o exercício das funções de conselheiro.

I – O ato legal de nomeação dos membros do Conselho deverá conter o nome completo dos Conselheiros, a situação de titularidade ou suplência, a indicação do segmento por eles representado e o respectivo período de vigência do mandato.

§3º A indicação e a designação dos conselheiros e suplentes deverão ocorrer:

I – Até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, conforme disposto no artigo 2º;

II – Imediatamente, nas hipóteses de afastamento do conselheiro, titular ou suplente, em caráter definitivo, antes do término do mandato.

III – Imediatamente, nos afastamentos temporários.

Art. 3º A atuação dos membros do CACS - FUNDEB

Publicado em 26.03.21 a 15.04/2021
Qua
de 26.03.21 a 15.04/2021
Prefeitura Municipal de Jequitai

Elizânia Caldeira Benfica
Prefeita Municipal
de Jequitai - MG

Quarta-feira, 26 de Outubro de 2014

26/10/2014

Ass: Rubdi

Diretoria Municipal de Jequitai

I – Não é remunerada;

II – É considerada atividade de relevante interesse social;

III – Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV – Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) Exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) Atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do Conselho;

c) Afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V – Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Parágrafo Único. Os Conselheiros, quando em representação fora do Município ou a serviço dos órgãos colegiados, terão direito a diárias nos mesmos termos dos Servidores Públicos Municipais, bem como o ressarcimento das respectivas passagens, mediante comprovação legal, quando o deslocamento não for efetuado com veículo oficial.

Art. 4º São impedidos de integrar o Conselho:

I – Titulares dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau;

II – Titulares do mandato de Vereador;

II – Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III – Estudantes menores de 18 anos, que não sejam emancipados;


Eldineide Caldera Benfante
Prefeito Municipal
de Jequitai

IV – Pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

- a) Exercam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal; ou
- b) Prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal em que atua o respectivo Conselho.

Parágrafo Único: Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho somente com direito a voz.

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

§ 1º O primeiro mandato dos conselheiros, regido por esta lei, extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2022, nos termos do que dispõe o art. 42, § 2º da Lei Federal nº 14.113/2020.

§ 2º Os atuais integrantes do Conselho do Fundeb a que se refere a Lei Municipal nº 072/2009, nomeados pelo Decreto 216/2020, poderão ser novamente designados para o Conselho criado por esta Lei, não configurando recondução, observado o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 6º- Os Conselheiros deverão integrar o segmento social ou a categoria que representam e, em caso de deixarem de ocupar essa condição depois de efetivados, deverão ser substituídos, nos termos da legislação vigente.

1º- O membro suplente, representante da mesma categoria ou segmento social substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

2º- O mandato do conselheiro, nomeado para substituir membro que tenha se afastado antes do final do mandato, terá início na data da publicação do ato de sua designação e se estenderá até a data do término do mandato daquele que foi substituído.

3º Na hipótese do suplente assumir a titularidade do Conselho, deve o segmento social ou categoria representada indicar novo membro para a suplência.

Publicado no
Quadro de Avisos
de 20/03/21 a 15/04/2021
Prefeitura Municipal de Jequitai


Edina Caldeira Benfica
Prefeita Municipal
de Jequitai - MG



Art. 7º- Após a designação dos Conselheiros, somente serão admitidas substituições nos seguintes casos:

- I – Mediante renúncia expressa do conselheiro;
- II – Por deliberação justificada do segmento representado;
- III – Quando o Conselheiro perder a qualidade de representante da categoria ou segmento pela qual foi escolhido;
- IV – Outras situações previstas no Regimento Interno do Conselho.

Capítulo III
Da Competência ao Conselho do FUNDEB

Publicado no
Quadro de Avisos
de 26/03/21 a 15.04.2021
Bairão
Prefeitura Municipal de Jequitai

Art. 8º- Compete ao Conselho:

- I – Elaborar seu regimento interno;
- II- Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- III – Supervisionar a realização do Censo Educacional Anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;
- IV –Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta do Fundo, assim como os registros referentes às despesas realizadas;
- V –Emitir parecer das prestações de contas a ser apresentada pelo Município ao Tribunal de Contas do Estado;
- VI – Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Eldina Caldeira Benfica
Prefeita Municipal
de Jequitai - MG

VII – Outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça.

Parágrafo único. O parecer referido no inciso V deste artigo integrará a prestação de contas do Poder Executivo, devendo ser entregue à Administração Municipal com no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da data final de sua apresentação.

Capítulo IV
Das Disposições Finais

Publicado no
Quil de Avisos
de 26/03/21 a 15/04/21
Assd.
Municipal de Jequitai

Art. 9º É facultado ao Conselho, se julgar conveniente e necessário:

I – Apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II – Por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário de Educação competente, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III – Requisitar ao poder executivo cópia de documentos referentes a:

a) Licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do fundo;

b) Folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) Documentos referentes aos convênios com as instituições a que se refere o art. 7º da Lei nº 14.113/2020;

d) Outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV – Realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

a) O desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do fundo;

b) A adequação do serviço de transporte escolar;


Edmundo Caldeira Benfica
Prefeito Municipal
de Jequitai - MG

c) A utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do fundo para esse fim;

d) O efetivo exercício na rede escolar da educação básica municipal, dos profissionais da educação, pagos com recursos do FUNDEB.

Art.10- O presidente, o Vice-presidente e o Secretário do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, ficando impedido de ocupar tal função o conselheiro que representa o Governo Municipal gestor dos recursos do Fundo.

Parágrafo Único. Na hipótese de o Presidente do Conselho renunciar ou, por algum motivo, se afastar em caráter definitivo antes do final do mandato será efetivado o Vice-Presidente na condição de Presidente, com a consequente indicação de outro membro para ocupar o cargo de Vice-Presidente, observado o disposto no caput deste artigo.

Art.11- O CACS FUNDEB atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo.

1º- O Conselho não contará com estrutura administrativa própria, e incumbirá ao Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e à composição do respectivo Conselho.

Art. 12- O Município disponibilizará em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do respectivo CACS FUNDEB, incluídos:

I – Nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II – Correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III – Atas de reuniões;

IV – Relatórios e pareceres;

V – Outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art.13- O Conselho do Fundeb reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente ou por convocação de seu Presidente.

Art. 14- Revogam-se as disposições em contrário, especialmente às contidas na Lei Municipal nº 072/2009.

Art.15- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado no
Quadro de Avisos

de 26/05, 21 a 15.04/2011

[Assinatura] *[Assinatura]*
Prefeitura Municipal de Jequitai

[Assinatura]
Eldina Caldeira Benício
Prefeita Municipal
de Jequitai - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Cel. Francisco Moura Dumont, 144 – Centro – 39.370-000.
Fone/Fax: (38) 3744-1795 e-mail: semedjequitai@hotmail.com
ESTADO DE MINAS GERAIS



Jequitai/Mg, 29 de março de 2021.


Eldima Caldeira Benfica
- Prefeito Municipal -

Eldima Caldeira Benfica
Prefeito Municipal
de Jequitai - MG

Publicado no
Quadro de Avisos
de 26/03/21 a 15/04/2021

Prefeitura Municipal de Jequitai